

A POESIA NO LIVRO X DA *REPÚBLICA* DE PLATÃO

Leandro Anésio Coelho (PIC/UFSJ)

Orientador: Ignácio César de Bulhões (DFIME – UFSJ)

Resumo: A *República* de Platão é um diálogo no qual Sócrates e seus interlocutores buscam uma definição de justiça consonante com o projeto ético e político, de formação do indivíduo e constituição da pólis perfeita. O Livro X, último da obra, desenvolve, primeiramente, a justificativa da poesia ser banida da cidade e, em segundo lugar, o relato mítico de Er, razoavelmente esperançoso, da alma em sua vida após a morte do indivíduo. Este estudo busca analisar a crítica platônica à poesia grega tradicional do ponto de vista do cultivo da alma do cidadão. Em que termos são postas sob avaliação as possibilidades da poesia como formadora do homem justo e feliz? Deve-se levar em conta, aqui, o fato de que

Palavras-chaves: *A República*, Poesia, Filosofia, Verdade.

Introdução

A *República* de Platão é um diálogo no qual Sócrates e seus interlocutores buscam uma definição de justiça consonante com o projeto ético e político, de formação do indivíduo e constituição da pólis perfeita. O Livro X, último da obra, desenvolve, primeiramente, a justificativa da poesia ser banida da cidade e, em segundo lugar, o relato mítico de Er, razoavelmente esperançoso, do que acontece com a alma após a morte do indivíduo. Este estudo busca analisar a crítica platônica à poesia grega tradicional do ponto de vista do cultivo da alma do cidadão. Em que termos são postas sob avaliação as possibilidades da poesia como formadora do homem justo e feliz? Deve-se levar em conta, aqui, o fato de que Platão reconhece de algum modo os poderes do mito quando elabora o mito de Er. É de se perguntar se em algum momento Platão quis mesmo expulsar da cidade perfeita a arte ou apenas a formação da alma baseada nela, ou seja, o costume de se ter a arte como leitura da realidade, como fonte de verdade. Porque a arte, mais especificamente a poesia, é assunto de discussão no início da *República* e volta a ser um problema no último livro da obra? Deve-se procurar evidências na própria obra, principalmente no final dela e na crítica de Platão à arte (ou à vivência na arte), para responder essas questões ou pelo menos elucidá-las.

1. O Livro X e o lugar ocupado pela arte na cultura grega

Terminado o livro IX – no qual enumeraram as formas de governo existentes e as respectivas almas características a cada um e compararam a vida do homem justo e a do homem injusto –, no livro X é discutida a poesia como forma de educar as crianças, maneira muito comum entre os gregos de transmitir conhecimento, de educar e formar os futuros cidadãos. O fato de o livro

anterior discutir o contraste da vida do homem justo e injusto e retomar a poesia, algo que já havia sido discutido em vários livros anteriores da *República* (dentre eles os livros III e V), leva alguns comentadores de Platão a considerar o livro X um apêndice de toda a obra. Assim como o livro I se apresenta como um índice da *República*, tratando de todos os assuntos que seriam mais tarde discutidos, o livro X retoma uma discussão anterior como se proporcionasse um fechamento para a obra. Para alguns, então, os livros I e X vêm para ladear, inserir e concluir respectivamente, os assuntos tratados nos livros II a IX.

A discussão sobre o uso da poesia na educação dos cidadãos é iniciada subitamente no Livro X, de forma mais severa que nos outros livros nos quais discutiu-se o mesmo assunto. Não há quem não perceba a drástica mudança de assunto na *República*, já que no livro anterior o centro da discussão era, ainda, a justiça e a injustiça.

A passagem do Livro IX para o X é tão abrupta que até o leitor, cuja mente vagueasse durante a longa saga da cidade em declínio, se daria conta imediata de que algo aconteceu. Da comparação entre justiça e injustiça, que gastou dois livros a preparar e que repisou uma argumentação intrincadamente estruturada, abrangendo a extensão da *República*, deslocamo-nos para o que parece uma atabalhoada coleção de argumentos respeitantes às artes, apenas tendencialmente relacionados com o diálogo no seu todo.¹

A Grécia clássica ainda não disseminava o conhecimento, seja qual fosse, através dos escritos, dos livros. A poesia era a maior ferramenta de propagação do saber filosófico ou mesmo das coisas mais simples do cotidiano daquele povo.

Ao retomar o assunto poesia, no livro X, os filósofos procuram manter a mesma opinião de antes, recusando-a como forma adequada de ensino. Antes de darem continuidade à argumentação, sentem necessidade de observarem como se dará o exame sobre o assunto: o método será o habitual, admite-se “uma certa idéia (sempre uma só) em relação a cada grupo de coisas particulares, a que pomos o mesmo nome.”²

A poesia assume uma função tida indispensável na Grécia Clássica, já incorporada na cultura e maneira de ensinar do povo. Platão há muito, mesmo na *República*, deseja que a filosofia assumira o lugar ocupado pela poesia, da mesma forma que os filósofos deveriam receber o destaque na cidade que era dado aos sofistas (em livros anteriores Sócrates queixa-se no diálogo que os melhores filósofos eram tidos inúteis pela cidade). Platão é cuidadoso em não apenas dizer que a filosofia haveria de ocupar a função da poesia, mas tenta paulatinamente, no livro X, provar a inutilidade da poesia ou, melhor ainda, que essa produz patologias na alma humana. A época de Platão é momento no qual a sociedade grega está tendo a oportunidade de cultivar uma forma mais de aprendizado, a escrita, e Platão se mostra precursor desse novo modo. Havelock considera que

todas as civilizações fundam-se numa espécie de “livro” cultural, isto é, na capacidade de armazenar informações a fim de reutilizá-las. Antes da época de Homero, o “livro” cultural grego depositara-se na me-

¹ PAPPAS, 1995. p. 209.

² Em PLATÃO, 1993. 596a.

mória oral. A associação das descobertas e conclusões da “Linear B”, por mais fascinante e atual que seja, não deve obscurecer esse fato fundamental. Entre Homero e Platão, o método de armazenamento começou a se alterar quando as informações foram postas em alfabeto e, conseqüentemente, a visão suplantou a audição como o principal órgão destinado a esse objetivo. Os resultados finais da alfabetização não se mostraram na Grécia senão quando, no limiar da era helenística, o pensamento conceitual alcançou certa fluência e seu vocabulário se tornou mais ou menos padronizado. Platão, vivendo no centro dessa revolução, antecipou-a e tornou-se seu profeta.³

A “missão” assumida por Platão não é fácil. Ele se coloca a defender um novo método de aprendizado na Grécia, através da filosofia, que não deveria repetir os erros do método desempenhado até o momento pela poesia, baseada na ficção e no exagero. Platão se depara com uma sociedade que não sabia ensinar senão através da arte; a proposta de novo método de aprendizado contradiz um item que, historicamente, fazia parte da estrutura daquela sociedade.

Os recursos da epigrafia, dirigidos inicialmente por Carpenter, forneceram a pista seguinte. Porquanto a epigrafia levou à conclusão de que a cultura grega foi sustentada por uma base inteiramente oral até cerca de 700 a.C. e, caso isso tenha sido verdade, os primeiros dos assim chamados filósofos viviam e falavam numa época em que ainda estavam se ajustando às condições de uma possível alfabetização futura, condições que, segundo minha conclusão, seriam realizadas lentamente, pois dependeriam do domínio não da arte de escrever por uma minoria, mas de uma leitura fluente da maioria.⁴

2. A crítica no livro X

É de se perguntar porque só depois de passados nove livros Platão se coloca, efetivamente, a tratar da arte. O leitor atento da *República* pode, neste momento, levantar sua voz para lembrar-nos que a poesia é inserida muito antes, como aqui mesmo já se admitiu, nos livros III e V, por exemplo. Sem dúvida a poesia é assunto corrente principalmente, ao nosso ver, no livro III, quando se trata da formação do guardião da cidade perfeita. Nesse livro, investiga-se os efeitos negativos da arte (poesia e música) na alma do guardião: a poesia pode colocar nele o medo da morte e dos deuses, com os mitos monstruosos sobre o Hades, os castigos e as divindades; a música pode instalar na alma do guardião o destempero, a ira, a moleza. Por esses males, decidem excluir a arte na educação do guardião, já no início da *República*. Mas deve-se observar que Platão trata da arte de forma diferente no livro X: só neste ponto, o autor refuta o uso da arte de forma drástica, inabilitando-a na educação de qualquer cidadão e não apenas na formação de uma única classe.

Os livros II-III aparecem empenhados em excluir da cidade uns trechos de poemas específicos ou, no máximo, certos gêneros, enquanto o Livro X entra a argumentar sem a preocupação de tais minúcias; mas, na prática, esta diferença revela-se insignificante. Ambas as passagens censuram Homero, linha por linha, e quase todas as palavras apropriadas ao palco. O que, na primeira discussão, não ofende Sócrates pela moralidade duvidosa, é banido por causa da sua forma imitativa. Se exceptuarmos a concessão, pelo Livro X, de alguns hinos religiosos, as duas purgas deixarão a cidade com os mesmos minutos fragmentados de poesia. [...] Os Livros II-III intentam organizar um novo currículo e, para isso, demoram-se a tratar do modo como as crianças ouvem os poemas. Mesmo que a censura, advogada por Sócrates para proteger os jovens guardiães, se alargue a ponto de incluir todos os residentes na cidade [...] é legítimo,

³ HAVELOCK, 1996. p. 11.

⁴ Id. Ibid. p. 13.

apesar disso, acusá-lo de pensar nos adultos como crianças, incapazes, por isso, de compreender o que a poesia lhes evoca.⁵

A refutação da arte na constituição da alma do cidadão da cidade é perfeita só é feita no último livro da *República* porque antes se preocupou em investigar todos os assuntos no estado. Só depois de analisada a cidade e o que há de bom e ruim nela é que se pode atingir um “Estado em nós”, ou seja, só agora se está habilitado para se tratar da arte intrínseca à alma.

O essencial é dar-mos conta porque é precisamente aqui [no livro X] que Platão trava esta última batalha decisiva entre a Filosofia e a poesia. Estamos preparados para a compreensão desta faceta, pela consciência de que toda a investigação sobre o Estado perfeito, incluindo a vasta inquirição das formas de degenerescência do Estado, não é realmente, como o próprio Platão o proclama no início, mais do que um meio para por em relevo a estrutura moral da alma e a cooperação entre as suas partes, projetando-as no espelho amplificador do Estado. É por isso que a hierarquia da *paideia* inclui também os livros que tratam das espécies de constituições e dos tipos de alma correspondentes. É só a partir deste ponto de vista que compreendemos porque é que a investigação culmina, finalmente, na fundação do “Estado em nós” da personalidade humana, objectivo de toda a obra.⁶

Alguns autores, comentadores e estudiosos de Platão, vêem uma mudança radical no assunto da discussão ao se passar do livro IX para o X, não somente porque no anterior tratava-se de justiça (e injustiça) e agora se fala da arte. Para alguns, a *República* discute em todos os seus livros problemas fundamentados na política e, agora no livro X, a poesia.

Essa parte final da *República* abre com um exame da natureza não da política, mas da poesia. Colocando o poeta ao lado do pintor, ele argumenta que o artista produz uma versão da experiência que está duas vezes afastada da realidade; sua obra, na melhor das hipóteses, é frívola e, na pior, perigosa tanto para a ciência quanto para a moral; os maiores poetas gregos, de Homero a Eurípedes, devem ser excluídos do sistema educacional da Grécia.⁷

Depois que se estabelece o método de busca da verdade, no livro X, Sócrates pergunta quem é imitador, *mimētes*, e o que é a imitação, *mímēsis*. Suspeita-se de que seja o poeta e sua poesia, já que esse não trata da realidade e, por isso mesmo, não pode ficar incumbido de educar os futuros cidadãos da cidade. Para examinar a questão, Sócrates sugere aos interlocutores que, inicialmente, tomem como exemplo os objetos cama, mesa e os *personagens* Deus, marceneiro e pintor.

Deus é o autor da cama real, de sua natureza essencial, verdadeira. O marceneiro também é artífice da cama, daquela que serve aos homens, inspirada naquela que foi idealizada por Deus, o modelo supremo. O pintor também é tido como artífice e autor do objeto e reconhecido como o imitador daquilo que os outros são artífices. Ora, como se pode ver, “a arte de imitar está bem longe da verdade, e se executa tudo, ao que parece, é pelo fato de atingir apenas uma pequena porção de cada coisa, que não passa de uma aparição [*eídolon*].⁸”

Com base nessa distribuição de funções, percebe-se que os poetas aparentam ser aqueles que dominam todo tipo de ofício através de suas obras. Como isso não é possível, eles se revelam imitadores de tudo o que existe e o que é arte de outrem, através de palavras e

⁵ PAPPAS, 1995. pp. 249-251.

⁶ JAEGER, 1979. p. 917.

⁷ HAVELOCK, 1996. p. 20.

⁸ Em PLATÃO, 1993. 598b.

frases, colorindo todas as artes sem entendê-las, apenas imitando-as. Por isso, “o imitador não saberá nem terá uma opinião certa acerca do que imita, no que toca à sua beleza ou fealdade.”⁹

No diálogo é observado o ofício dos artistas, mais precisamente a função dos poetas e pintores. A poesia, da forma como era usada, imitava a forma humana; na cidade perfeita, a poesia imitará apenas as melhores dessas formas. Da forma como estava na cidade, a poesia imitava a aparência e elevava as piores partes da alma, a concupiscível e irascível. Essas duas partes dominavam a alma, assumindo a função que deveria ser desempenhada pela parte racional.

Ainda sobre o imitador (fique bem claro que Sócrates faz uso do pintor para se referir a qualquer tipo de imitador, em qualquer área, até mesmo ao pseudofilósofo, considerado sofista), diz-se:

o imitador não tem conhecimentos que valham nada sobre aquilo que imita, mas que a imitação é uma brincadeira sem seriedade; e os que se abalançam à poesia trágica, em versos iâmbicos ou épicos, são todos eles imitadores, quanto se pode ser.¹⁰

Na sua empreitada contra a arte no diálogo, Sócrates ataca veementemente Homero e os seus escritos. Isso já ocorria claramente no livro III, ao tratar da educação e formação do guardião. Ao falar da educação dessa classe, o filósofo grego condena os exageros homéricos e os mitos temíveis contidos nos seus escritos. Hesíodo também não escapa da crítica.

No livro X, o primeiro imitador a ser identificado é o pintor; quando o assunto passa para a poesia, o imitador deixa de estar vinculado ao drama. O exemplo de Platão é Homero, sendo os trágicos seus incidentais epígonos. Num sentido mais lato, o Livro X rejeita a abordagem da imitação à maneira do Livro III pois, enquanto o Livro III tenta definir um termo em ordem a que o leitor possa reconhecer a imitação, o Livro X supõe que o leitor a reconhece e dispõe-se a explicar aquilo que já todos viram.¹¹

Sócrates e os filósofos que participam do diálogo concordam que o homem grego é influenciado pela poesia, pois essa é a forma que o Estado utiliza há muito para formar os seus cidadãos. Mas, da mesma forma que um homem se livra de paixões quando percebe que essas estão lhe fazendo mal, o cidadão consciente não deve se deixar ludibriar com aquilo que a poesia lhe oferece, tendo consciência de que aquilo nada mais é do que imitações. O homem livre e comedido enfrenta as desgraças com muito mais facilidade do que os outros homens, até mesmo quando a desgraça é a perda de um filho. O homem não-comedido perde tempo para se reestruturar, como uma criança que leva a mão no lugar da palmada e se coloca a gritar; o homem comedido não perde tempo, se coloca a se reestruturar, “a curar e a endireitar o que caiu e adoeceu, eliminando as lamentações com remédios.”¹²

Embora os homens comumente enxergam a poesia com bons olhos, devem ficar atentos de que ela não é a representação e não justifica a realidade: “do mesmo modo nós, devido ao amor

⁹ Id. Ibid. 602a.

¹⁰ Id. Ibid. 602b.

¹¹ PAPPAS, 1995. p. 253.

¹² Em PLATÃO, 1993. 604d.

por essa poesia que em nós se formou por influência da educação dos nossos belos Estados, estaremos dispostos a vê-la como muito boa e verdadeira, mas, enquanto não for capaz de se justificar.¹³”

Depois de analisar o uso da arte na cidade, da arte na educação, o diálogo passa ao problema da imortalidade da alma, o qual se estenderá até o final do livro X, e para tanto faz uso do mito de Er. Os participantes do diálogo estão de acordo que a alma é imortal, não perece e também “que tudo o que destrói e corrompe é mau, ao passo que o que salva e preserva é bom.¹⁴” Assim, sucintamente, aqueles homens que participam do diálogo querem evidenciar que o que é bom persevera, não tem fim; já o que é mal seguramente sofre um processo como se fosse de autodestruição (deterioração), caminhando para o fim. Dessa forma, a alma, como sendo um “bem” no homem, permanece, sobrevive. Essa alma é a do homem justo, equilibrada e voltada para o bem. Mas se a alma for corrompida pelo o que é mal, como a injustiça, a intemperança, a cobardia e a ignorância, ela se torna má e se condena dessa forma a um fim, já que, pelo que ficou estabelecido anteriormente, o mal não sobrevive. Essa última alma, contaminada por o que é mal, é a alma do homem injusto. Enquanto o homem injusto recebe prêmios por parte dos homens, o homem justo é premiado junto aos deuses: espera-o uma vida melhor, não desgraçada. Mesmo na sua vida na cidade, não passará o homem injusto a vida inteira despercebido, sem ser punido pelas suas injustiças. Sócrates enumera uma série de benefícios que o homem justo recebe ao final da vida na cidade, do respeito que colhe dos demais cidadãos, que não são alcançados pelo homem injusto. A *República*, numa passagem que se achou por bem reproduzir abaixo, opõe de forma drástica a vida do homem justo e do injusto, diferenciando o fim da vida de um e de outro; enquanto aquele será honrado na cidade, esse sofrerá penas. Sobre o homem justo e injusto, Sócrates ainda nos diz:

Direi pois que os justos, quando se tornam mais velhos, atingem na sua cidade os postos que quiserem, casam com quem quiserem, e dão os filhos em casamento a quem quiserem. E tudo quanto afirmastes acerca dos homens injustos, eu o direi agora dos justos. E agora, quanto aos homens injustos, mantenho que a maior parte deles, ainda que passem despercebidos em novos, são apanhados ao chegarem ao fim da carreira, cobrem-se de ridículo e, quando envelhecem, são insultados na sua miséria por estrangeiros e conterrâneos, são chicoteados e sofrem aqueles suplícios que classificaste de selvagens, e com razão (depois são torturados e queimados com ferros em brasa); tudo isso tu imaginarás que me ouviste dizer também a mim como o sofrem.¹⁵

Justificando-se, assim, o filósofo evidencia sua predileção pela verdade alcançada dialeticamente. A ela, contrapõe a obra de imitação do homem de ofício, daquele que se reporta às formas, aparentando conhecê-las muito bem. A poesia, ao contrário da filosofia, não se compromete com a verdade, se ilude com as aparências e nesse processo eleva as piores partes da alma (concupiscível e irascível) colocando-as no governo da alma, lugar que deve ser ocupado pelo que há de melhor, a parte racional. Por isso, torna a alma desarmônica consigo mesma e, sobre-

¹³ Id. Ibid. 607e-608a.

¹⁴ Em PLATÃO, 1993. 608e.

¹⁵ Em PLATÃO, 1993. 613d.

tudo, infeliz. Ela “estraga o espírito dos que a ouvem, se eles não possuírem o remédio do conhecimento da verdade”¹⁶.

3. A preocupação de Platão

Não se pode ler o texto de Platão literalmente; não se pode entender o livro X como o “condenar” a poesia” ao esquecimento e à exclusão da arte na cidade. Platão revela uma preocupação singular com a verdade e de que essa habite a alma dos homens, de que os conduza na vivência na cidade. O uso da mitologia (mito de Er) para explicar a imortalidade da alma aos participantes do diálogo no mesmo livro no qual ocorre a crítica à arte, revela que Platão não a tem como inútil, desprezível. Ela tem, sim, seu papel na cidade, que até o momento está errado. Não se trata, portanto, de expulsar a poesia da cidade, mas dá a ela o seu devido papel que não é, certamente, a educação e formação dos cidadãos, menos ainda nortear as pessoas na busca pela verdade.

O alvo de Platão parece ser exatamente a experiência poética como tal. É uma experiência que caracterizamos como estética. Para ele, trata-se de uma espécie de veneno psíquico. Deve-se sempre ter o antidoto à mão. Ele parece querer destituir a poesia como tal, excluí-la como um veículo de comunicação. [...] Esta [a discussão sobre a poesia] forma uma unidade; além disso, como observaremos numa análise posterior, é dirigida em primeiro lugar contra o discurso poético como tal e, em segundo lugar, contra a própria experiência poética, e é conduzida com uma enorme determinação. Platão fala eloqüentemente, da maneira como alguém que sente estar enfrentando um oponente poderoso que pode arrebatar todas as forças da tradição e da opinião contemporânea contra si. Ele apela, argumenta, denuncia, lisonjeia. É um Davi enfrentando um Golias. Fala como se não tivesse outra alternativa senão travar a batalha até o fim.¹⁷

A crítica de Platão à poesia no livro X da *República* denota mais uma vez o que o autor expressou em todos os livros da obra, a preocupação com a formação do cidadão que, se ministrada de forma imperfeita, coloca em xeque a cidade modelo. A educação imperfeita destrói o equilíbrio na alma procurada pelo autor, eleva as partes inferiores da alma e destrói a cidade paradigma. Por tudo isso, a poesia, baseada na ficção, não pode ser base da educação em tão nobre cidade.

Uma vez que se veja a *República* como um ataque à estrutura educacional existente na Grécia, a lógica de sua organização global torna-se clara. Uma vez levada em conta a importância dos poetas na estrutura educacional, as repetidas críticas à poesia ajustam-se ao quadro. [...] não é a poesia que se poderia ler num livro que ele [Platão] está atacando. É o ato de memorização mediante a identificação na declaração poética, que para ele é inseparável do próprio poema e que constitui um ato e um estado integrais da *metempsychosis*.¹⁸

Nickolas Pappas revela-nos a proximidade de Platão com a arte, com a poesia em especial, dizendo-nos que

Mesmo quando Platão despede a poesia, os seus planos para contar histórias aos cidadãos leva-o a introduzir os poemas, dissimuladamente, na cidade. Em vista do limitado espaço para as imagens na Linha Dividida e da hostilidade do Livro X para com as artes, seria de esperar que a nobre mentira, a parábola do navio do Estado, a Alegoria da Caverna e o mito de Er ficassem excluídos da filosofia. A confiança de Platão na imagem, na metáfora e no mito, ou leva à

¹⁶ JAEGER, 1979. p. 919.

¹⁷ HAVELOCK, 1996. pp. 21-5.

¹⁸ Id. Ibid. p. 28/p. 258.

condenação do seu projeto filosófico ou exige uma explicação sobre a ausência de parentesco entre esses e a poesia.¹⁹

Se Platão quisesse mesmo extinguir todo tipo de manifestação artística da cidade, proibir a presença da arte, mais precisamente da poesia e da pintura, não teria ele feito uso dos mitos e alegorias presentes na *República*. Mais ainda, se se tratasse da expulsão da arte da cidade perfeita, não leríamos o mito de Ero no mesmo livro no qual teria decidido tal fim para a arte.

Considerações finais

Platão, por seu ataque à arte no livro X da *República*, desperta muitas críticas.

Não cabe transportar a crítica platônica à arte para os nossos dias. Quer dizer-se que não é possível entender a crítica de Platão à arte daquela época como igualmente válida à arte contemporânea. Ao se tentar fazer isso, além de estar violentando a filosofia em questão por tirá-la do seu tempo e lugar, está também entendendo a arte contemporânea com a mesma função que tinha a arte na antiguidade, o que não é procedente.

Algumas críticas contra o “ataque de Platão à arte” também não procedem por lê-lo literalmente e se esquecerem de perguntar o que realmente pretende Platão refutar. Estaria o filósofo expulsando da cidade perfeita a arte em si? Mas não é ele mesmo quem faz uso da poesia, do mito e da alegoria?

Platão condena não a peça poética propriamente dita, mas a experiência que a arte imprime nos cidadãos. A condenação do filósofo é em relação à poesia enquanto meio de formação e pensamento de um povo. Deseja Platão que essas coisas venham a ocorrer por meio da filosofia, ciência comprometida com a verdade e sem exaltações. O que Platão condena na poesia é o que o homem contemporâneo mais admira nela, a ação do autor, as idéias mirabolantes do escritor, a melodia musical. A diferença essencial é que a sociedade atual não se fundamenta e não se apóia na poesia como a comunidade antiga.

Não é possível entender o ataque de Platão à arte no último livro se o leitor não tiver em mente a preocupação do autor com o futuro da cidade perfeita, da certeza que essa poderá sobreviver com o passar das gerações. Por causa dessa preocupação, Platão dedica parte considerável da *República* para falar da educação dos cidadãos, ou seja, da formação do futuro da cidade modelo.

Não se pode acreditar que queria Platão varrer todo tipo de arte da cidade modelo, até mesmo porque desejava o autor atingir ou se aproximar do equilíbrio e o homem se aproxima deste estado se expressando também na arte, na poesia, pintura.

Platão espera, dessa forma, que a poesia não se manifeste na cidade intensamente e muito menos que a educação dos cidadãos se pautar por ela, excluindo aí a filosofia. Provavelmente,

¹⁹ PAPPAS, 1995. p. 254. [Com alterações].

Platão não deseja “matar” a arte, mas condena a vivência na arte; espera que nenhum indivíduo de estruture pela arte, pois dessa forma terá uma alma embebida em aparências e com as mesmas variações e sobressaltos que existem no mundo artístico. A alma na verdade forma um indivíduo filósofo; a alma na arte é uma alma doente e habita num indivíduo que é da mesma forma.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Rachel Gazolla de. *Platão: o cosmo, o homem e a cidade*. Um estudo sobre a alma. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

HAVELOCK, Eric. *Prefácio a Platão*. Trad. Enid Abreu Dobránsky. Campinas, SP: Papirus, 1996.

JAEGER, Werner. *Paidéia: A formação do homem grego*. Trad. Arthur M. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

PAPPAS, Nickolas. *A República de Platão*. Trad. Abílio Queiroz. Lisboa: edições 70, 1995.

PLATÃO. *A República*. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.

PLATO. *Republic*. Trans. by Paul Shorey. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1994.